

RESUMO No planalto de Piratininga, São Paulo, Brasil, as pioneiras relações sociais estabelecidas por meio de laços matrimoniais entre tupis e portugueses foram de encontro à secular sociedade paraguaia formada por espanhóis e guaranis, gerando uma mescla de culturas que resultaram na ideia de sertão: local onde a miscigenação e liberdade fugiram de tratados ibéricos e controles metropolitanos. Pelos velhos caminhos indígenas *peabirus*, os bandeirantes paulistas avançaram no interior do continente em busca de riquezas, levando consigo suas experiências e retornando com a prata de Potosí e mão de obra missioneira. No meio do caminho estava Santana de Parnaíba e a arte do primeiro grande artista brasileiro: frei Agostinho de Jesus. Residindo no Mosteiro dos Beneditinos dessa localidade, a partir de 1643 transforma o panorama cultural do Brasil, um significativo momento das artes plásticas nacionais. Em Parnaíba, o mestre encontrou uma sociedade original, miscigenada, criando obras-primas, testemunhos da arte sacra paulista, berço da identidade nacional.

FREI AGOSTINHO DE JESUS •
BERÇO DA ARTE BRASILEIRA
• ESCULTURA.

FRIAR AGOSTINHO DE JESUS (C. 1600/10-1661). A BENEDICTINE ARTIST ON THE BORDER BETWEEN TWO WORLDS – THE PORTUGUESE AND SPANISH AMERICA

ABSTRACT At the Piratininga plateau, São Paulo, Brazil, the first social relationships have been born through marriages between Tupis and Portuguese. The opposite of the secular Paraguayan society, made up of Spanish and Guarani. These relationships, turned into a mix of cultures resulting in an idea of backwoods: miscegenation and freedom, ran away from Iberic control. The pioneers from São Paulo, “paulistas”, used the old indigenous ways, looking for wealth. They returned to the silver of Potosi, bringing their experience and missionary labor. Through the middle of the way, in Santana de Parnaíba, was friar Agostinho de Jesus, the first, and most important Brazilian artist. From 1643, friar Agostinho living with the Benedictines transformed the culture of Brazil, into a significant moment of national art. In Parnaíba, the master found an original and mixed society, creating masterpieces, standarts of sacred art in São Paulo, birth of national identity.

FRIAR AGOSTINHO DE JESUS •
BIRTH OF BRAZILIAN ART
• SCULPTURE.

SOBRE O AUTOR

Rafael Schunk é graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e mestre em Artes Visuais, pela Unesp. Atua como pesquisador do Barroco brasileiro e cultura colonial e é autor de vários artigos na área. É técnico em seguros de obras de arte, crítico, curador e organizador de exposições artísticas, colecionador de arte barroca e artista plástico.

Em 1580 ocorre a unificação das coroas ibéricas (Portugal e Espanha) por questões de sucessões dinásticas. Após o desaparecimento de Dom Sebastião, monarca luso, nas batalhas do Alcácer-Quibir no norte da África, Filipe II da Espanha torna-se soberano de dois impérios. A ascensão dos reis filipinos duraria até 1640, sob a condição de não haver fusão de reinos, evoluindo separadamente, mas dirigidos por um único líder, administrador de duas coroas e suas respectivas colônias. Esse período favorece o surgimento de numerosos povoados no planalto paulista e a expansão de rotas comerciais até a bacia platina (Argentina e Paraguai). Nos primeiros anos, São Paulo recebeu numerosos espanhóis, fenômeno resultante da unificação ibérica e da série de navegações que passavam por São Vicente com destino ao Rio da Prata. Todos se tornaram súditos de um único rei. A mistura de sangue castelhano resultou, segundo os historiadores, na gravidade e reserva reinante entre os primeiros paulistas, povo bilíngue e bastante diferenciado dos demais brasileiros, contendo sotaque especial e característico, de falar pausado e mentalidade muito particular. O tupi era uma das línguas mais faladas no planalto do século XVII, junto com o português e o espanhol.

Um exemplo da influência gaúcha ou quíchua seria a palavra “garoa”, proveniente do espanhol, *garúa*, ou o uso do poncho como elemento importante na indumentária paulista até fins do século XIX¹.

Após a elevação de São Paulo à condição de vila (1560), seguida por Mogi das Cruzes (1611), o povoado de Santana de Parnaíba conquistou autonomia política em 1625, fato que permitiu deter as principais rotas comerciais que interligavam a Capitania de São Vicente até os aldeamentos do lado castelhano (América Espanhola), de Assunção a Potosí.

A história de Santana de Parnaíba, SP, umas das mais importantes vilas paulistas do século XVII, foi permeada de acontecimentos significativos para a memória nacional. Encravada em um ponto estratégico, próxima da grande Cachoeira do Inferno, na margem esquerda do Rio Tietê, distante 35 km a oeste de Piratininga, relacionava-se diretamente com a instalação e defesa do planalto, local de saída e chegada das bandeiras pelas imprecisas fronteiras delimitadas no Tratado de Tordesilhas (1494). Parnaíba foi fundada em 1580 pela matriarca Suzana Dias (filha de Lopo Dias, neta do cacique Tibiriçá, sobrinha de João Ramalho e viúva do vereador da câmara de São Paulo, Manuel Fernandes Ramos) e seu filho André Fernandes, constituindo-se uma das primeiras povoações brasileiras a se erguer sem muros ou obstáculos, agregando em seu universo mestiço um extenso conjunto de diferentes etnias: mamelucos, espanhóis, cristãos-novos (mouros e judeus), índios e portugueses, compondo um momento singular no processo de ocupação da América Portuguesa. Cresceu com a descoberta de ouro e metais preciosos na Serra do Voturuna, transformando-se em um dos maiores núcleos bandeiristas e dominando as principais rotas de penetração do interior brasileiro. Em poucas décadas essa localidade foi convertida em “capital dos viajantes e aventureiros, sede do mundo bandeirante familiar, berço da arte colonial brasileira” e aclamada como “a vila que fundou nosso país”, absorvendo riquezas conquistadas em um vasto território continental e que faziam uma circunferência a partir do sul do Brasil, passando por Buenos Aires, Paraguai e findando-se na região amazônica. Naquela época, a cidade mais próxima de Santana de Parnaíba, na direção oeste, era Assunção, no Paraguai, e tudo era sertão; terras posteriormente desbravadas por sertanistas parnaibanos, personagens fundamentais nas delimitações das futuras fronteiras do país.

Suzana Dias, importante matrona paulista, conviveu com personalidades da vida quinhentista. Na infância conheceu o padre José de

1. Aracy Abreu Amaral, *A Hispanidade em São Paulo: Da Casa Rural à Capela de Santo Antônio*, p. 17.

Anchieta, que tornou-se um dos seus confessores. A fé cristã em Parnaíba faria dessa vila um centro religioso de intensa atividade artística e cultural. Suzana Dias depôs a favor das virtudes de Anchieta em um processo de 1621-1622. Breve, seu testemunho foi preciso: conheceu muito bem o padre Anchieta e o teve por diretor espiritual, abrindo-lhe toda a consciência. Conhecia-o desde antes do sacerdócio e narra o seguinte – que deve referir-se ao ano de 1560, quando novamente se encontram em Piratininga os padres Luiz de Grã e Manuel da Nóbrega:

Sendo eu menina de poucos anos e indo à Igreja desta Vila de São Paulo, ouvi muitas vezes aos Padres Luiz de Grã e Manuel da Nóbrega, outrora provinciais, que o Irmão José era santo e, contando alguns sonhos do irmão, afirmavam que eram revelações e que ele os dissimulava, dizendo que eram sonhos. [...] sendo eu de 12 anos (1564) e estando enferma, desejei morrer consagrando a Deus minha virgindade, mas o Padre José sem que a ninguém eu o dissesse me falou nesse assunto que só podia saber através de uma revelação. Não fiz o voto².

Suzana Dias teve dezessete filhos do primeiro casamento e enteados do segundo marido (esse, por sua vez, se mudou com seus descendentes para a casa da mulher, como faziam tradicionalmente os mamelucos e tupis), alguns deles se tornaram fundadores de cidades Brasil afora. Seu prestígio é uma exceção ao estado de subserviência ao qual as mulheres estavam submetidas no panorama colonial, demonstrando como foram originais as maneiras com que os paulistas se relacionaram. Afinal, com idas e vindas dos homens pelo sertão, eram as matriarcas paulistas que cuidavam dos filhos, administrando conflitos, propriedades, questões cotidianas e até defendendo o território.

Segundo o olhar de diversos historiadores, as perspectivas econômicas de Parnaíba receberam um caráter político a partir da ação de um aventureiro: Fernão Vieira Tavares. Emigrado para São Paulo em 1620, trazia uma carta do marquês de Cascais, Pero Lopes de Sousa, nomeando-o capitão-mor de São Vicente. Além do título, por muitos considerado de origem duvidosa, Tavares tinha dinheiro suficiente para arrastar, por longos anos, disputas judiciais e políticas ao redor das atribuições inerentes ao cargo confiado. Como representante do herdeiro da devoluta Capitania de Santo Amaro (1534), vizinha dos

2. Hélio Abranches Viotti, *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*, p. 133, apud Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *História de Santana de Parnaíba*, p. 38.

vicentinos, Fernão Vieira Tavares receberia vários poderes, distribuindo títulos da terra em subconcessão do território original feito pelo rei, nomeando ouvidores, presidindo eleições nas vilas, criando novos povoados, nomeando tabeliães, forças militares, recolhendo impostos e repassando um percentual ao donatário. No momento em que Tavares iniciou sua empreitada, a administração de São Vicente estava nas mãos do governador Martim de Sá (sobrinho-neto do fundador do Rio de Janeiro, Mem de Sá), nomeado pela condessa de Vimieiros, que era herdeira de Martim Afonso de Sousa e da capitania vicentina. Tradicionalmente, a família Sá liderava os negócios mais significativos do sul brasileiro, como tráfico de escravos enviados da África até a Argentina, acolhida de castelhanos e repasse de matérias-primas para a América Espanhola. Com tantos laços políticos e sociais, Martim de Sá não estava exatamente propenso a aceitar que um forasteiro usurpasse parte da capitania, dividindo autoridades administrativas coloniais. Mas a marcha de Fernão Vieira Tavares prosperou. Após ir a Salvador e convencer o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado a assinar sua nomeação, retornou com a documentação para São Vicente e foi empossado, dentre outros cargos, como ouvidor real. Chamou diversas testemunhas, quatro pilotos e seu filho, o jovem Antônio Raposo Tavares, e partiu para um ponto na praia em direção a um pequeno penedo aflorado a poucos metros da areia, fixando um padrão que marcaria o limite sul da nova Capitania de Santo Amaro. Os protestos do representante da condessa de Vimieiros foram inúteis. No final da cerimônia, toda uma fatia do território paulista mudava de donatário e destinos políticos. Essa posse, ou usurpação, pelos herdeiros de Pero Lopes de Sousa acarretou o desmembramento da ilha onde estavam situadas as vilas de São Vicente e Santos, como também “rachou” todo o sertão interior, compreendendo as povoações acima da Serra de Paranapiacaba e São Paulo de Piratininga. O objetivo maior dos senhores de Monsanto e Cascaes era tomar posse da vila de São Paulo e fazer dela a sede da sua capitania, transformando-a num local de onde irradiariam as rotas comerciais até a bacia do Rio da Prata. Logo depois da tomada do território, Fernão Vieira Tavares faleceu; contudo, uma das primeiras providências de seu sucessor no cargo de representante do conde de Monsanto, Álvares Pires de Castro, foi ditar uma provisão convertendo o arraial de Suzana Dias na Vila de Santana de Parnaíba, em 14 de novembro de 1625. No local, houve celebrações com direito a *Te Deum* (cerimônia de louvação a Deus), na Vila de Piratininga ecoaram protestos; mas um fato venceu: após 71 anos da fundação da Vila de São Paulo, a ocupação portuguesa marchava em direção a oeste,

sentido fronteira espanhola, organizada por uma força política bandeirante contrária às centralizações³.

André Fernandes (filho de Suzana Dias e fundador de Santana de Parnaíba) se casa com dona Antônia de Oliveira em data imprecisa, vinculando-se à família de Jerônimo Leitão e dos Mendes, ambas de cristãos-novos. Ângela, uma das irmãs de André Fernandes, também se vincula a esse clã. As uniões da família Fernandes comprovam a enorme infiltração da seiva hebraica no corpo étnico dessa capitania. Embora não declarada por monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo em sua *História de Santana de Parnaíba* (1971), a origem moura e judaica da cidade foi evidente nas uniões matrimoniais entre portugueses, índios e cristãos-novos, características preservadas na arquitetura bandeirista. Entre uma e outra fachada, as bandeiras vazadas e os vestígios de muxarabis (treliçados e balcões mouriscos protegidos em toda altura da janela por uma grade de madeira, “onde se pode ver sem ser visto”) indicavam as origens e preferências secretas dos antigos moradores.

A família dos Fernandes, povoadores instalados em Santana de Parnaíba, engajou-se em diversas aventuras no território missioneiro do Guairá (Paraná), Itatim (Mato Grosso) e Tape (Rio Grande do Sul). André Fernandes foi capitão de grandes bandeiras e participou de quase todas as expedições contra as missões jesuíticas no sul do Brasil. Era sócio do bandeirante Antônio Raposo Tavares, dono de uma fazenda em Quitaúna, região vizinha a Parnaíba, hoje município de Osasco, SP. Devemos a Santana de Parnaíba a ideia de expansão territorial do Brasil. Desafiando o Tratado de Tordesilhas, os bandeirantes parnaibanos foram fundando povoados ao longo de suas expedições. Em bandeiras de reconhecimento por imensos territórios, garantiram as futuras fronteiras do país. Venerados como heróis por antigos historiadores, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Affonso d’Escragno de Taunay (1876-1958), hoje os bandeirantes são recolocados, muitas vezes, como bandidos e saqueadores, reforçando as visões que os jesuítas tinham a respeito dos mamelucos do planalto. Sob vários pontos de vista, esses sertanistas foram homens de uma época e devem ser estudados no seu contexto histórico. Em princípio, destruíram as missões jesuíticas espanholas localizadas na antiga Província do Guairá, garantindo a defesa de um território posteriormente explorado no Paraná, Mato Grosso e Goiás. O que prevaleceu foram as fronteiras naturais da América do Sul, defendidas contra ameaças. Os grandes rios da Amazônia, bacia platina

3. Benedito Calixto, *Capitanias Paulistas*, p. 306, apud Jorge Caldeira, *O Banqueiro do Sertão*, vol. 1, pp. 307-308.

e Cataratas do Iguaçu definiram os limites de um território reivindicado e conquistado à força pelos paulistas, sobrepondo-se aos tratados convencionados pelas coroas ibéricas.

Na Parnaíba colonial, além dos sertanistas dedicados ao apresamento indígena, coexistiram outros tipos de bandeirantes ligados à busca de ouro e conquista dos territórios das minas de Cuiabá e Goiás. Tratava-se dos Bueno da Silva apelidados de “Anhanguera”: Bartolomeu pai, filho e neto. Segundo antiga tradição oral resgatada pelo poeta Paulo Bonfim, embora não exista documentação comprobatória, uma casa bandeirista do século XVII sem alpendre teria pertencido a essa família, considerado único exemplar urbano que chegou aos dias atuais. Esse imóvel localizado ao lado da Igreja Matriz de Parnaíba foi convertido em museu histórico, pedagógico e artístico da cidade. As últimas residências urbanas do período bandeirista, exemplares únicos desse ciclo econômico no Brasil, concentram-se no centro histórico de Santana de Parnaíba. Embora reformadas no decorrer dos tempos, suas treliças, balcões, almofadas, cachorros e sótãos pouco diferem em aspectos construtivos das casas rurais alpendradas. Essas moradas paulistas eram compostas por batentes de canela-preta nas fachadas, janelas com muxarabis e conversadeiras, contrastando com as grossas paredes de taipa caiadas de branco e cobertas por telhas capa e canal. Apresentando ruas coloniais irregulares e visão privilegiada sobre o Vale do Tietê, Santana de Parnaíba conserva o mais extenso e importante conjunto cultural do período bandeirista no Brasil.

O porto de Maracaju (hoje sul de Mato Grosso), a Ciudad Real del Guairá (1554) – situada originalmente na margem do Rio Paraná, cerca de três léguas acima do Salto das Sete Quedas – e Vila Rica do Espírito Santo (1570) – último arraial castelhano, erguido no vale do Rio Ivaí antes de se alcançar a então vila portuguesa de Santana de Parnaíba – compunham uma extensa rede de povoados surgidos no meio da selva e pertencentes, no início do século XVII, à Coroa da Espanha. Naquela época, as terras do Estado do Mato Grosso e do Paraná encontravam-se sob domínio de Castela e agregavam comunidades que dependiam basicamente do comércio que mantinham com as missões jesuíticas paraguaias. Os sertanistas de Piratininga e Parnaíba, entre uma e outra incursão, invadiam o espaço da América Espanhola, ignorando as proibições régias encontradas, por exemplo, nas atas da Câmara da Vila de São Paulo, como na sessão de 22 de agosto de 1615⁴. Por sua vez,

4. *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, 1915, vol. 2, p. 368.

os castelhanos avançavam cada vez mais em território sob atuação dos paulistas, descendo seu gentio, roças e criações, preocupando a governança de Piratininga.

Conforme o relato do historiador Don Bartolomé Arzáns de Orsúa y Vela, escritor da história no lado castelhano da América do Sul, em um anoitecer de março em 1545, o pastor de lhamas, conhecido como Hualca, viu-se obrigado a pernoitar no local onde seu rebanho havia guiado, próximo a um alagadiço, abaixo de uma montanha em forma de pão de açúcar. Não se tratava de local agradável, mas dormir ao relento na Cordilheira dos Andes – terra estéril varrida por ventos gelados – resultaria em risco de vida. O índio recolheu palha e quebrando os galhos das árvores atirou fogo até render-se ao sono. Acordando pela manhã seguinte, observou que o calor havia derretido prata, que aflorava na terra corrida em riquíssimos fios. Passados seis meses da descoberta, esse lugar isolado recebia forasteiros suficientes para fundar a Cidade Imperial de Potosí, em 4 de dezembro de 1545.

Localizada no antigo vice-reinado do Peru, em terras da atual Bolívia, a fama e riqueza da cidade da prata atraíam aventureiros de todos os continentes, inclusive bandeirantes oriundos de Santana de Parnaíba e São Paulo de Piratininga. Os veios do metal eram extensos, provocando fama e cobiça. Em um senso promovido pelo vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, no ano de 1573, viu-se 120 mil pessoas apinhadas entorno do cerro, tornando-se um dos locais mais populosos do mundo naquela época. Algumas poucas cidades, como Paris (cerca de duzentos mil habitantes), reuniam mais pessoas que aquele centro minerador.

Os toscos pesos de prata espanhóis, cunhados na casa da moeda de Potosí, sustentavam o governo metropolitano, pagavam o comércio indiano e, praticamente, eram o único bem que os chineses aceitavam para trocas comerciais, uma vez que julgavam os objetos ocidentais inferiores. Foi outrora a moeda de maior circulação na Península Ibérica e no mundo. Além de enfrentar os rigores do clima, os garimpeiros trabalhavam em condições desfavoráveis, convivendo com a morte, acidentes, fome e nevascas. As crianças não frutificavam e cada um se esquentava na medida do possível. Os povos da montanha introduziram nos ocidentais o uso do chá e folhas mascadas de coca como complemento da *chica* (fermentado de milho típico), somando-se aos destilados europeus. As pessoas se divertiam esfaqueando-se. Com tantos pontos ruins na vida local, não faltaram pessoas interessadas em fazer fortuna. Aos poucos, a venda de mercadorias aos pródigos mineradores se tornou um comércio rentável e a feira de Potosí ficou conhecida. Gêneros vinham de todos os continentes: sedas de Granada e Calábria,

lãs da Inglaterra, roupas da Holanda, fino linho de Portugal, objetos de aço da Alemanha, papel de Gênova, pinturas e lâminas sagradas de Roma, cristais de Veneza, marfim e pedras preciosas da Índia, diamantes do Ceilão, perfumes da Arábia, especiarias de Goa e Málaca, negros de Angola e Cabo Verde, porcelana da China, pérolas do Panamá e matérias-primas das províncias da Nova Espanha.

Em pouco tempo, a cidade da prata criaria todo um cerimonial para ostentar sua riqueza: as festas públicas barrocas. Nelas não faltavam desfiles de carros alegóricos expondo a moral e os costumes. Uma celebração realizada em 1607 na Vila Imperial de Potosí reuniu algumas dessas alegorias e recebeu a seguinte versão dos historiadores:

[...] entrou na praça uma grande pirâmide, toda esmaltada de várias cores. Atrás dela entrou o grande cerro de Potosí, todo de prata, com muitas listras esmaltadas, e nelas muitos rubis, e ametistas que pareciam os veios; era muito grande e sobrepujava a pirâmide. Em cima do cerro, numa sela de prata dourada, estava um cavaleiro armado de finas e reluzentes armas e sobre elas vestiduras riquíssimas de tela de prata coalhada de pedras preciosas; na destra uma lança e na sinistra um escudo. [...] Quando [o carro] chegou na metade da praça abriu-se a pirâmide por quatro partes, de forma que se pôde ver muito bem o que dentro havia, que eram as sete maravilhas tão celebradas do mundo, sendo uma delas a pirâmide entre as que houve no Egito; estava o sepulcro Máusolo, os muros da Babilônia, o Colosso de Rodes, a estátua de Júpiter, o Templo de Diana, o Ílion ou Alcazar troiano, todas feitas com grandes artifícios de prata dourada e esmaltada. Atrás desta máquina, como já se disse, vinha o grande cerro de Potosí, maravilha do mundo feita não pela mão dos homens, mas pelas do Criador. Em volta do cerro estava o mote que dizia: “Eu sim maravilho o mundo”⁵.

Apenas cinco anos após os espanhóis tomarem conhecimento da rica montanha, os portugueses se concentraram nessa região, garimpando, beneficiando metais, exercendo ofícios em engenhos, carpintaria e principalmente comércio. Em 1575 eram suficientes para batizar uma rua e custear alguns altares da nova catedral, erguidas por várias nações. Na rua Lusitana levantaram um majestoso obelisco de madeiras cedros e pinhos, entalhando altar ricamente adornado com quatro rostos esculpidos representando as figuras da virtude.

5. Bartolomé Arzáns de Orsúa y Vela, *Historia de la Villa Imperial de Potosí*, apud Jorge Caldeira, *O Banqueiro do Sertão*, pp. 48-49.

As relações econômicas e sociais experimentadas na Potosí plateresca alimentaram os sonhos e aventuras dos financiadores das bandeiras paulistas nos Seiscentos, expectativas e ambições apenas saciadas no século XVIII, com o apogeu da cultura mineira em Ouro Preto, MG, nossa metrópole barroca. Ao redor da prata encontramos manifestações culturais similares ocorridas praticamente um século e meio depois nas alegorias da procissão do Triunfo Eucarístico e que representou, de forma simbólica, o ápice da mineração aurífera nacional, inaugurando a matriz de Nossa Senhora do Pilar na antiga Vila Rica de Ouro Preto. O cortejo barroco marcou a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário dos Pretos para a nova catedral e é considerada a maior festa do período colonial brasileiro, um prelúdio do carnaval. A festividade, realizada em 24 de maio 1733, é aclamada como uma das mais exuberantes ocorridas na América Portuguesa e foi narrada pelo lisboeta Simões Ferreira Machado, que a tudo assistiu, perpetuando-a no livro *Triumpho Eucharístico – Exemplar da Christandade Lusitana*, publicado em 1734. O encontro de personagens “sagrados e pagãos, santos, anjos, ninfas, corpos celestiais, mitos greco-romanos, cavaleiros, São Jorge e a serpente, quatro ventos (norte, sul, leste, oeste), alegorias da fama, realeza, andores, coros e irmandades” foram reunidos em uma triunfal procissão, um *cafarnaum* sacro e profano, que marca o apogeu da cultura barroca brasileira. Ostentações de poder foram comuns entre os povos mineradores e vão anunciando as relações mercantilistas do capitalismo moderno. Até o pouco ouro encontrado no início da colonização paulista foi suficiente para manter certos luxos. Em Iguape, SP, por exemplo, as mulheres mais abastadas costumavam adornar cabelos com ouro em pó, exibindo-os nas festas sociais. E as minas do Jaraguá, situadas a noroeste da atual cidade de São Paulo, dentre as primeiras descobertas no Brasil, tornaram Afonso Sardinha – nosso primeiro grande bandeirante – rico o suficiente para diversificar seus negócios.

Nos últimos momentos do século XVI, um grupo de 105 jesuítas, reunidos em uma congregação em Lima, entre 19 e 27 de dezembro de 1600, tomaram importantes decisões, dentre as quais, enviaram um procurador a Roma pedindo a divisão da área de trabalho. Nessa época, a Província do Peru englobava uma grande região, estendendo pela atual Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e oeste do Brasil. Até 1583, a região do Rio da Prata, Tucumán e Paraguai não havia atraído religiosos, que estavam concentrados em terras peruanas e bem atarefados com o desmonte do governo incaico. As cidadelas pré-colombianas foram transformadas em paróquias administradas pelos padres inicianos. As primeiras missões

jesuíticas surgem a partir dessas decisões e da atuação do governador paraguaio Hernán Arias de Saavedra (conhecido popularmente como Hernandarias), solicitando, em 1603, ao Conselho das Índias e ao rei da Espanha o envio de jesuítas para a região, expandindo a evangelização nativa e promulgando leis que proibiam sua escravidão.

Fundadas por volta de 1609 na antiga Província do Guairá (atual Estado do Paraná), as missões reuniram os nativos em aldeamentos cristãos instalados na principal rota de passagem da prata, beneficiada em Potosí e transportada até o estuário do Rio da Prata (Argentina); local em que o metal era exportado para a Espanha.

Aproveitando os velhos caminhos indígenas, *peabirus* (do tupi “caminho gramado amassado”, antigas estradas abertas por nativos antes da chegada dos europeus), os bandeirantes paulistas avançaram no interior do continente em busca de riquezas, levando consigo suas experiências e retornando com prata peruana e mão de obra missioneira. O *peabiru* não se constituía em uma única via, mas todo um sistema de transportes interligados a partir de Cananeia, São Vicente e São Paulo. Em determinado ponto do planalto sul-brasileiro, próximo da atual cidade de Ponta Grossa, PR, essas vias se juntavam, cruzando as nascentes dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, percorrendo a margem direita do Iguaçu até desembocar no Rio Paraná. Depois do Paraná, o *peabiru* levava até o Rio Paraguai e se findava na confluência desse com o Pilcomayo. Muito além de uma mera trilha, o *peabiru* era estrada com aproximadamente oito palmos de largura, rodeada por uma erva que crescia quase meia vara de altura. O ponto final dessa rota era a foz do Pilcomayo, localizada a pouco mais de cinquenta quilômetros de Potosí, e não se tratava de algo gratuito: esse rio conduzia diretamente ao coração do império incaico. Em tempos anteriores aos europeus, essa geografia direcionava a uma lógica: estrada direta, atravessando povos tributários dos incas até chegar à região guarani e ao litoral atlântico. Representava um ponto de ligação das culturas andinas, guaranis e a atual costa brasileira. No período das conquistas o fluxo se tornou inverso. Os bandeirantes passaram a usar o *peabiru* para contrabandear a prata de Potosí e traficar mão de obra indígena.

Temos uma prova de que era viável um percurso de São Paulo até a cordilheira por dentro do continente nos primeiros tempos da colonização. Em algum momento da segunda década do século XVII o português Antônio Castanho decide deixar a sua casa. Casado com Catarina de Almeida, foi senhor de capela em Tomar e migrado para o Brasil viveu às margens do Tietê, abaixo da grande Cachoeira do Inferno, no ponto em que começava a se formar um aglomerado ao redor da residência de Suzana Dias e parentela. Castanho e sua esposa

cultivavam um pomar de frutas europeias, tornando-se uma atração do lugar, composto por um grande número de nogueiras, das primeiras a existir naquela capitania. Mas, logo a agricultura de ares europeus pareceu insuficiente para o produtor, seduzido pela ideia de penetrar no sertão paraguaio até o Peru, como fizeram tantos outros paulistas, percorrendo os caminhos da prata; o que foi muito comum em Parnaíba e São Paulo no decorrer do século XVII. Castanho chega à cidade da prata sem utilizar o caminho de Buenos Aires, contudo permaneceu por pouco tempo no local, vindo a falecer. Em 1622 foi sepultado pelo padre Lourenço de Mendonça, cura beneficiado desse assento das minas de Potosí, assinando uma certidão na qual dizia que havia enterrado o referido defunto na igreja daquela localidade. Enterros em solo de igreja eram destinados a pessoas ricas, membros de irmandades ou políticos, e essa possibilidade estava aberta para o português Castanho e seu protetor Lourenço de Mendonça, um dos membros da Inquisição de Potosí, sempre acusado de ajudar compatriotas lusos enriquecidos, autoridades e mineiros abastados. Supomos que Antônio Castanho tenha conseguido benefícios para ser sepultado em um chão de igreja e esses, por sua vez, provavelmente foram enviados junto com sua certidão de óbito, anexa ao inventário de 31 de agosto de 1624, prova de uma segunda travessia, rota Potosí-São Paulo. Conforme o linhagista Pedro Taques, a prata chegou à família, embora o inventário demonstre bens de extrema modéstia: 20\$180 réis no total, sendo o item mais valioso um tacho de cobre avaliado em dois mil-réis⁶. Independente do registro da prata, esse inventário deixou evidente que existia um fluxo de pessoas tentando enriquecimento em viagens pela fronteira, desrespeitando os estritos termos legais de um lado a outro. Parnaíba vai, aos poucos, recebendo e exportando produtos resultantes de extensas rotas continentais.

As reduções jesuíticas erguidas no começo do século XVII, no Guairá, povoaram uma região estratégica na qual se escoava a prata de Potosí. Quando o recém-nomeado governador do Paraguai, Don Luís de Céspedes Xeria, percorre o interior paulista em sua épica viagem de São Paulo a Assunção (1628), realiza um mapa descrevendo as vilas e rios dessa macrorregião; documento de um ilustre estrangeiro enviado posteriormente ao rei da Espanha. Seguindo pelo *peabiru*, observa as riquezas das igrejas missionárias guairenhas. Tempos depois, o capitão André Fernandes percorre esse caminho escoltando Vitória de

6. Francisco Verdugo, *apud* Böhn, *apud* Jorge Caldeira, *op. cit.*, pp. 305-306.

Sá, a esposa brasileira do governador Xeria, em sua célebre viagem de Parnaíba ao Paraguai (1630). O bandeirante aproveita a ocasião para levar seu único filho legítimo a Assunção onde estudaria no seminário daquela cidade e se tornaria padre. A viagem oficial do capitão André Fernandes ao Paraguai abriu possibilidades comerciais e culturais, quebrando um ostracismo secular de isolamento, indicando um amplo intercâmbio de conhecimentos das populações de Santana de Parnaíba e Piratininga com os povos à margem da bacia platina no transcorrer do século XVII. Podemos constatar essa troca de mercadorias e saberes por meio da presença de prata entre o povo paulista dos Seiscentos e na arte dos primeiros retábulos rurais com inspiração missioneira, exemplares únicos desse gênero no Brasil e remanescentes em antigos distritos parnaibanos. No retorno de Assunção, André Fernandes passou pela Cidade Real do Guairá e foi recepcionado com entusiasmo pelos moradores, acostumados a vender índios de reduções a portugueses de São Paulo. Festejaram a ilustre visita do bandeirante na cidade, inclusive ofertando presentes. Essa passagem foi narrada pelos jesuítas com temor, classificando-o como um dos maiores ladrões de índios que passaram pelo sertão. O provincial dos jesuítas nessa época era o padre Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652) conhecido como “o apóstolo dos guaranis”. Esse, por sua vez, enviou uma carta a Filipe IV, enquadrando o sertanista: “o governador [Xeria] é o que mais favoreceu o português André Fernandes, que destruiu a missão de São Paulo [redução paraguaia atacada em 1630], um dos maiores piratas e cruéis matadores de índios que foram ao sertão”⁷.

O entusiasmo da população do Guairá com o bandeirante tinha interesses comerciais, de uma região fragilizada pela pobreza de seus habitantes e que eram, segundo as palavras dos próprios jesuítas, “muito ricos porque se contentavam com sua pobreza”. Gente paupérrima. A mais remota possibilidade de enriquecimento vinha das histórias de Potosí, região que possibilitava trocas de ervas por produtos estrangeiros. Eles não conseguiam ter acesso às riquezas extraídas de suas terras, pois elas estavam concentradas nos distantes colégios jesuítas de Cusco, Santa Fé, Córdoba e Buenos Aires. Por meio do regime da *encomienda* o rei concedia temporariamente ao *encomendero* utilizar mão de obra indígena para explorar territórios sob domínio da Espanha na América do Sul, a exemplo da mineração em Potosí. O *encomendero*,

7. Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias*, apud Jorge Caldeira, *op. cit.*, p. 356.

por sua vez, deveria pagar salários aos trabalhadores, custear a defesa do território, recolher imposto ao governo espanhol e sustentar a igreja ligada à hierarquia tradicional, mantendo a administração de Assunção. No outro extremo, estavam os jesuítas, detentores da imprensa escrita e propaganda ao seu favor, subsidiados e isentos de tributos, não tendo obrigação de pagar salários aos índios nas reduções. Nessa balança desfavorável aos *encomenderos*, restava a fama de escravagistas, obrigados a produzir e explorar mais para arcar com despesas, tributações e custos fiscais na concorrência desfavorável de uma produção jesuíta subsidiada. Todo grama de prata beneficiada pelos *encomenderos* custava maior sofrimento dos índios, porém cada alfaia de prata produzida por jesuítas, também foi oriunda desse suor nativo. A construção do mundo bandeirante trilhou por contradições inerentes aos demais processos civilizatórios atravessados pela humanidade no decorrer dos tempos, contendo elementos negativos e positivos, conquistas, destruição, sublimação, mas também expansões e trocas culturais. Elevados à condição de heróis em São Paulo, aparecem como demônios na iconografia das reduções hispânicas. As histórias contadas sobre as incursões dos paulistas partiram de pontos de vista distintos, em certos aspectos com colaboração dos historiadores e em outros, procedentes da propaganda jesuítica espanhola; similaridade foi observada nas disputas de poder entre *encomenderos versus* inacianos e índios paraguaios. Em determinadas situações, esses personagens religiosos ou conquistadores invertem as posições de “mocinhos” e “bandidos”, “aculturadores” ou “dizimadores de povos”.

Após numerosos ataques de sertanistas na Província do Guairá, sobretudo liderados por André Fernandes e Antônio Raposo Tavares, os padres jesuítas liderados por Montoya realizam uma grande transmigração indígena em 1631, instalando o projeto missionário nas bandas orientais do Rio Uruguai (região do Tape). Nessa segunda fase das missões surgem as famosas construções em pedra das quais subsistem as ruínas históricas no Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai; monumentos aclamados pela Unesco como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Contudo, as igrejas do primeiro período das missões (1609-1631), erguidas em taipa e madeira no Guairá, irão desaparecer consumidas pelas guerras, pela natureza e pelo tempo.

O grande êxodo indígena ocorrido no segundo semestre de 1631 gera um vazio demográfico e econômico recessivo, somando-se ao pouco interesse dos governantes pela região, retração de uma área que outrora avançava, ameaçando os limites territoriais das vilas bandeiristas de Santana de Parnaíba e São Paulo. Mais de doze mil índios atravessaram o Rio Paraná em direção ao Tape, alimentando-se de raízes da



Reprodução do mapa do Rio Anhembi por Don Luís de Céspedes Xeria, rota São Paulo-Assunção, 1628. Caminho posteriormente utilizado pelo bandeirante André Fernandes em sua célebre viagem de Parnaíba ao Paraguai (1630). Acervo do Archivo General de Indias, Sevilha.

terra, peixes, frutos das árvores, pássaros e outros animais da floresta; no final da travessia épica somente quatro mil pessoas chegaram ao seu destino. Em 1632, Guairá, Maracaju e Vila Rica do Espírito Santo foram abandonados por seus moradores. Sem índios, missões ou o comércio do qual eram dependentes, essas populações não tinham motivos para ficar no meio do vazio e em pleno “fogo cruzado” com os sertanistas, se redistribuindo conforme necessidades: uma parte migrou para Assunção, outra parcela reconstruiu Vila Rica às margens do Rio Paraguai, hoje em território do Mato Grosso, região nativa da erva-mate, e grupos migraram com seus bens, mestiços e índios para Santana de Parnaíba e São Paulo. Provavelmente as primeiras imagens sacras e talhas seiscentistas esculpidas em madeira para as igrejas do Paraná espanhol foram carregadas até os novos sítios de ocupação; o que sobreviveu ao tempo deve ser localizado nas capelas e templos paraguaios.

Vila Rica do Espírito Santo, aldeamento castelhano no Vale do Ivaí, atual Paraná, foi abandonada e partes dos moradores a refundam, posteriormente, no Paraguai, ficando conhecida como “cidade viajante”, recebendo o qualitativo espanhol *andariega* (andarilha). Mudou sete vezes de lugar devido às invasões de bandeirantes paulistas. A cédula real expedida pelo rei da Espanha em 14 de março de 1701 aprova a fundação definitiva de Villarrica no sul do Paraguai. Atualmente ela é a capital do Departamento de Guairá no Paraguai e um dos mais importantes polos culturais daquele país. Muito provavelmente os habitantes de Maracaju, Guairá e da antiga Vila Rica contribuíam com uma neutralidade interesseira na região em meio a muitos conflitos, pois, inclusive, numerosos moradores e índios detinham laços de parentesco e comércio com moradores de Parnaíba e São Paulo. Alguns fatos são conhecidos, como a presença no planalto paulista de muitos castelhanos provenientes do alto Paraná, famoso reduto madeireiro e que forneceu matéria-prima para a construção da cúpula da Igreja da Companhia de Córdoba, a maior obra desse gênero que se conhece no século XVII. A edificação do palácio da casa da moeda de Potosí, região escassa em madeiras, também utilizou lenhos vindos do Paraguai. Na medida em que chegam os castelhanos vindos de diversas procedências no final do século XVI, como o carpinteiro da ribeira Bartolomeu Bueno, seus compadres de além-mar da armada de Flores Valdéz (imigrada nos anos 1580) e andarilhos do *peabiru* oriundos do Paraguai, coincidentemente surge uma nova solidez nas construções ao redor de Piratininga. Sabemos da intensa circulação por via terrestre entre São Paulo e o Paraguai desde 1602 abalanchando-se para Jerez, Guairá e Vila Rica, núcleos fornecedores de mão de obra escrava indígena. Conforme o cônego Castanho, Baltazar Fernandes (fundador de Sorocaba e

irmão de André Fernandes) casou-se com Maria de Zuñiga por volta de 1600 em Vila Rica do Espírito Santo no Paraguai, hoje em terras paranaenses, tendo uma filha, dona Maria de Torales, que nasceu no Guairá. E esse não foi um caso isolado: Antônio Rodrigues Cabral foi ao Paraguai e casou-se com Joana de Escobar, no Guairá. Sua filha, nascida naquela cidade, mais tarde foi casada com Bartolomeu de Torales, cunhado de Baltazar Fernandes e, vinda ao Brasil, morreu em Santana de Parnaíba. Desse modo, o ciclo da prata, a caça ao índio e o comércio uniram grandes clãs familiares na São Paulo do século XVII, fato favorecido, em realidade, pela unificação ibérica⁸.

Tanto portugueses quanto espanhóis avançavam suas tropas sertões adentro, viviam no mato amasiados com índias de chefes tribais, tinham capacidade de perseguirem inimigos e expulsar invasores. O inesperado deslocamento de grandes levas populacionais das regiões missioneiras até Piratininga, antes locais ermos e de fama ruim, transforma o panorama social nesse importante entroncamento da América Portuguesa. Após as intensas movimentações humanas, aparecem os primeiros gramas de prata nos inventários paulistas e altares de tradição missioneira. Parnaíba absorvia *encomenderos* e guaranis. Essa prata trazia um curioso objeto inexistente nas línguas portuguesa e tupi, a *tamboladeira*, palavra de origem espanhola, espécie de vaso de prata, ouro ou vidro, de figura arredondada com asas e pequeno assento, que servia de recipiente para degustar bebidas alcoólicas como o vinho. Isso explica a razão pela qual essas peças só eram encontradas no planalto paulista, local escolhido pela colônia espanhola para se estabelecer desde os séculos XVI e XVII: os Camargos, Toledos, Buenos, Ortiz, Camachos, Aguirres, Laras e Ordenhes, alguns desses oriundos da armada de Flores Valdéz, que se juntaram com outros oriundos dos deslocamentos populacionais paraguaios após o colapso das missões guairenhas, sendo conhecidos como “partido espanhol” de Piratininga e inimigos dos Pires, de descendência portuguesa. A riqueza da prata migrada com esses povos e a mão de obra guarani foram responsáveis, respectivamente, pelo financiamento e elaboração dos altares e imagens religiosas de Santana de Parnaíba; trabalhos únicos no país e que representam o encontro das tradições portuguesas, castelhanas, beneditinas, missioneiras e bandeirantes.

Parnaíba acolhe oficinas missioneiras migradas do Guairá e que realizam numerosos trabalhos artísticos em capelas alpendradas e residências bandeiristas, a exemplo das talhas do Mosteiro de São Bento

8. Aracy Abreu Amaral, *op. cit.*, pp. 5, 13, 15 e 16.

(1643), conjunto desaparecido em fins do século XIX, e os “cachorros”, que sustentavam os telhados da casa urbana, conhecida hoje como Museu Anhanguera. Esses artesãos mestiços guaranis constroem o altar da Capela de Santo Alberto (c. 1665) em Mogi das Cruzes e a Capela do Voturuna (c. 1680), localizada na área rural de Parnaíba (altar tropical símbolo do nascimento da arte nacional) – erguida nas terras do capitão-mor de Parnaíba, o comerciante Guilherme Pompeu de Almeida e ofertada ao seu filho homônimo, o padre doutor Guilherme Pompeu de Almeida (esse, por sua vez, considerado um dos maiores capitalistas do século XVII no Brasil, “banqueiro do sertão” e financiador das bandeiras paulistas). A Capela do Voturuna consolida algo que se tornará cada vez mais comum em nosso país e nas nações que abrigaram caudilhos étnicos: a acomodação de várias tradições estéticas; reinvenção de uma arte que não seria mais exclusivamente europeia, ameríndia, negra ou oriental, mas brasileira; um processo “antropofágico” irreversível de apropriação do outro, assimilando e transformando com criatividade; síntese do mundo hispano-português. Outros modelos, como o retábulo da Capela do Sítio de Santo Antônio em São Roque (c. 1681), os pilares do Sítio do Padre Inácio em Cotia, os sacrários da Aldeia de Carapicuíba e Guarulhos, as portas e janelas do Sítio Morrinhos (c. 1702) em São Paulo e a Capela Nova do padre Guilherme Pompeu de Almeida (c. 1703) em Araçariçuama complementam esses testemunhos remanescentes das trocas culturais entre sociedades americanas. A tendência de erguer capelas alpendradas em território paulista não significava necessariamente que os donatários eram exemplos de virtude, piedade ou religiosidade: levantar uma ermida particular obrigava ao benfeitor financiar toda a construção, paramentar e manter religiosos para rezar missas e sacramentos; um gasto permanente. Em contrapartida, o fundador poderia alocar determinados bens ou rendimentos em nome do templo. Esse incentivo fiscal tentador proporcionava uma vantagem relevante: os bens eram considerados sagrados e isentos de tributos. A produção alocada no território dessas ermidas não sofria taxaço de impostos e seu administrador detinha ampla liberdade para cuidar dos bens. Surgia uma espécie de “sociedade” ao redor das capelas alpendradas, que se tornaram grandes caixas-fortes, isentas de tributaçoões; protegendo fortunas bandeiristas em formas de castiçais, lampadários, tocheiros ou navetas de incensos em prata e ouro. As capelas erguidas pelos “mecenas bandeirantes” poderiam se transformar em um cofre para alocar valores. As moedas de prata eram derretidas, moldadas, batidas, repuxadas e cinzeladas, transformando-se em objetos sacros, atividade que provocava escassez de dinheiro no território paulista.

Por ironia do destino, a região de Santana de Parnaíba, outrora englobando vários distritos, hoje desmembrados em municípios, tornou-se depositária das mais importantes manifestações artísticas do primeiro período das missões (1609-1631), migradas da região guairenha e implantadas em pleno solo bandeirante rival. Vila Rica do Espírito Santo, povoação migrada em 1632 do Paraná ao Mato Grosso e depois dispersa entre o Paraguai e São Paulo, era um grande ponto de ligação entre o planalto paulista e as riquezas peruanas; rota de acesso a Assunção e Potosí. O seu desaparecimento em 1676, devido a ataques e migrações capitaneadas pelo bandeirante Francisco Pedroso Xavier (cunhado do comerciante e capitão-mor de Parnaíba, Guilherme Pompeu de Almeida), representou a extinção do *peabiru*, estrada da prata vislumbrada para trocas comerciais desde tempos anteriores à fundação de São Paulo, prestando-se a múltiplos usos: circulação de nativos, colonos e consolidação de toda uma economia interiorana. Em determinado momento não havia mais o que ser transferido, o êxodo havia se completado e milhares de pessoas migraram para o planalto paulista. Um caminho se fechava para que outro fosse aberto; e em fins do século XVII a rota do ouro vislumbrou novos horizontes na América Portuguesa. Aos poucos, a prata andina e o açúcar nordestino vão cedendo lugar às sedutoras pepitas douradas, aos diamantes e topázios imperiais das Serras Gerais, marcando o fim de uma era e o início de novas perspectivas para o Brasil e Portugal.

Toda essa agitação humana, política e cultural, centrada no fluxo de pessoas e circulação de bens, refletiu decisivamente nas artes de Santana de Parnaíba. Os bandeirantes parnaibanos viviam em conflitos com os jesuítas devido às questões da escravidão indígena, mas ao mesmo tempo necessitavam professar seus cultos religiosos. A solução foi convidar os monges beneditinos para fundarem um mosteiro na vila. Nas terras doadas por André Fernandes e Suzana Dias, a partir de 1643, é instalado o Mosteiro dos Beneditinos de Nossa Senhora do Desterro de Santana de Parnaíba. A chegada de nosso primeiro grande escultor a esse local miscigenado transformou os caminhos da arte no Brasil do século XVII.

No final do século XVI acontecem eventos que irão mudar os rumos artísticos e culturais da América Portuguesa. Por volta de 1600-1610, nasce na cidade do Rio de Janeiro aquele que é considerado o primeiro grande artista brasileiro: frei Agostinho de Jesus, discípulo do artista ceramista português beneditino frei Agostinho da Piedade (c. 1580-1661). Seguindo a vocação religiosa, inicia seus estudos no Mosteiro da Ordem de São Bento em Salvador, a abadia beneditina mais antiga das Américas, fundada em 1582. Nesse recinto, o talentoso jovem entrou em contato com as imagens e bustos relicários de frei Agostinho da

Piedade, trabalhos fixados por volta de 1619-1661. Passados alguns anos, frei Agostinho de Jesus segue para o reino (Portugal) no intuito de receber suas ordens sacras, pois naquela época não havia bispos para ordenar sacerdotes em Salvador, única sede episcopal do Brasil até 1676. No velho continente contemplou a arte europeia aperfeiçoando seus múltiplos talentos artísticos. Frei Agostinho de Jesus vai novamente ao mosteiro da Bahia por volta de 16 de dezembro de 1634. Nesse período acompanha a feitura de duas grandes imagens de *Nossa Senhora do Montesserrate* (1635 e 1636), de frei Agostinho da Piedade. No Nordeste, uma das primeiras esculturas modeladas por Agostinho de Jesus foi o *Menino Jesus de Salvador*, mantido no acervo do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, e o *Menino Jesus do Recife*, conservado no Museu do Estado de Pernambuco. A partir de 1641 começam a aparecer as primeiras imagens datadas pelo artista na antiga Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo).

Devido às habilidades de pintor e ceramista, por volta de 1643, o monge-escultor é enviado ao sertão paulista para o recém-fundado Mosteiro dos Beneditinos de Santana de Parnaíba. Residindo nesse local por muitos anos, produz um extenso conjunto escultórico destinado aos altares desse priorado e à nova igreja matriz da vila, inaugurada em 1650. O bandeirante André Fernandes foi o principal mecenas de frei Agostinho de Jesus, financiando as mais importantes obras religiosas desse grande mestre brasileiro.

No Mosteiro de São Bento, em Parnaíba, o monge-artista esculpiu *Nossa Senhora do Desterro*, *Menino Jesus*, *São José*, *Nossa Senhora da Conceição*, *Santa Luzia*, *Santa Gertrudes*, *Santa Escolástica* e peças destinadas a presépios. Para a Igreja Matriz de Santana de Parnaíba modelou todo o conjunto retabular do século XVII: *Nossa Senhora dos Prazeres*, *Nossa Senhora da Purificação* (sua obra-prima), *Santo Antônio do Suru*, *Santana Mestra*, *Nossa Senhora da Piedade* e uma importante série de imagens marianas utilizadas em procissões solenes. As obras criadas em sua permanência na Parnaíba representam uma das mais significativas manifestações de arte brasileira do século XVII; profusões de anjos com olhares amendoados e mestiços, imagens de virgens e santos beneditinos contendo liberdade erudita, colorido intenso, tropical, sustentados por volutas representando nuvens. As obras de frei Agostinho de Jesus apresentam uma beleza feminina e terrena, aproximando e espelhando o homem com o divino. Em Santana de Parnaíba realizou suas mais importantes esculturas, local onde é encontrado, no século XX, o maior conjunto remanescente de sua obra. A atuação de frei Agostinho de Jesus e seus discípulos em Parnaíba resultou na formação de uma das mais antigas escolas de escultura religiosa do

Brasil, pela qualidade, antiguidade e originalidade das obras de arte remanescentes. Representa o encontro de um mestre com uma cultura interiorana e original, distante dos modelos importados do reino, buscando identidade própria, nacional. Essas tradições desenvolvidas em Santana de Parnaíba ficaram conhecidas como “escola cultural do Vale do Tietê” (divulgando uma arte sacra erudita praticada nas oficinas conventuais), desdobrando-se na segunda metade do século XVII como “escola cultural do Vale do Rio Paraíba do Sul” (região em que se produziu uma arte religiosa predominantemente popular, oriunda de oficinas laicas). O Barroco paulista foi levado por viajantes até a Bacia do Rio da Prata, alcançando a região de Buenos Aires. Exemplo desse intercâmbio é a escultura em barro denominada *Virgem de Luján*, imagem brasileira confeccionada em território paulista e padroeira da Argentina.

As obras de arte e arquitetura desenvolvidas em Parnaíba participaram do início das artes no centro-oeste brasileiro acompanhando os bandeirantes que migraram para essa região em busca de ouro. As primeiras minas de ouro exploradas em Mato Grosso (1719) e depois em Goiás (1724) permitiram a fixação dos sertanistas nos limites geográficos do país, arraiais de mineração em plena bacia platina e amazônica. Por exemplo, em 1724 uma mulher de Sorocaba, irá esculpir a imagem do Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá, atual capital do Mato Grosso, demonstrando um intenso intercâmbio cultural entre os territórios.

O antigo Arraial de Santana, atual Cidade de Goiás, recebeu esse nome em homenagem à terra natal dos seus fundadores: Santana de Parnaíba. A passagem da família Anhanguera e seus conterrâneos parnaibanos transpareceu no cotidiano, nas artes, arquiteturas, monumentos e fogaréis da Cidade de Goiás e Chapada dos Guimarães; nas casas de rótulas e muxarabis em Pilar de Goiás, no urbanismo de Corumbá de Goiás; na prataria rústica das igrejas goianas ou em tradicionais cavalhadas de mascarados hispânicos (representações de confrontos entre mouros e cristãos) cultivados em Pirenópolis, antigo Arraial de Meia Ponte. As experiências parnaibanas transpuseram o planalto central alcançando o território de Goiás, a última fronteira colonizada pelo mundo bandeirante; encontraram um campo fértil para crescer; valorização de uma arquitetura singela, porém autêntica, de raiz paulista, hoje consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Acompanhando a epopeia sertaneja, os conhecimentos vivenciados em Santana de Parnaíba extrapolaram as fronteiras. Exemplos dessa saga podem ser averiguados até no topônimo “Parnaíba” que batizou um famoso rio, delta e cidade no Estado do Piauí, região ocupada do interior ao litoral. Curiosamente, as histórias desses lugares se unem à vila paulista e ao bandeirante Domingos Jorge Velho (1641-1705).

Estabelecido numa fazenda em Piancó, denomina o principal rio daquela região com o nome de Parnaíba, em homenagem à terra natal de seus ancestrais. Domingos Jorge Velho e seus combatentes militares serão responsáveis pela destruição do Quilombo de Palmares em 1695. As artes e personagens oriundos de Santana de Parnaíba influenciaram decisivamente a sociedade na América Portuguesa.

Por volta de 1650, frei Agostinho de Jesus desloca-se para Piratininga e executa quatro grandes esculturas na nova igreja do Mosteiro de São Bento de São Paulo – financiado pelo bandeirante Fernão Dias Paes, “o governador das esmeraldas”: *Patriarca São Bento*, *Santa Escolástica*, *Santo Amaro* e *São Bernardo*. Em 1652 modela a *Nossa Senhora do Montesserrate*, padroeira da cidade de Santos. No extremo leste de São Paulo, passando por Mogi das Cruzes e Vale do Paraíba, realiza um grande conjunto de imagens retabulares: *Nossa Senhora do Rosário* (Capela de São Miguel Paulista), *Nossa Senhora da Ajuda* (padroeira da cidade de Itaquaquecetuba), *Relicário de Santo Antônio*, *Nossa Senhora da Assunção e Conceição* (Capela da Fazenda Parateí em Mogi das Cruzes) e *Nossa Senhora da Ajuda* (Guararema). Permanece no território paulista até aproximadamente 1654, trabalhando nas fazendas e olarias beneditinas da região de São Caetano do Sul, Jurubatuba (atual bairro de Santo Amaro, São Paulo) e Fazenda Parateí (Mogi das Cruzes).

Retornando ao litoral fluminense, dedica-se à confecção de esculturas para igrejas no entorno da Baía de Guanabara, entre os atuais municípios do Rio de Janeiro (Mosteiro de São Bento) e Duque de Caxias (Fazenda São Bento do Iguaçú). Podemos destacar, nessa época, a *Virgem da Aldeia de Mambucaba* no acervo do Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis e o *Santo Antônio* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty. Um dos últimos trabalhos datados por esse mestre é uma pequena imagem do *Patriarca São Bento* (1651), conservada no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Faleceu naquela cidade em 11 de agosto de 1661, sendo sepultado no cemitério do claustro beneditino carioca.

Deixou para o Brasil um legado único, que passa a ser revisto, em toda plenitude de significados, como “gênese” da arte sacra nacional.

Na Parnaíba do século XVII, as pioneiras relações sociais estabelecidas por meio de laços matrimoniais entre tupis e portugueses foram de encontro à secular sociedade paraguaia formada por espanhóis e guaranis, gerando uma mescla de culturas que resultaram na ideia de sertão: local onde a miscigenação e liberdade ignoravam tratados ibéricos ou controles metropolitanos. Pelos velhos caminhos e fronteiras, os bandeirantes dessa região avançaram no interior do continente em busca de riquezas, retornando com a prata de Potosí e mão de

obra indígena. No meio desse caminho estava o Mosteiro Beneditino de Santana de Parnaíba e a arte do primeiro grande artista brasileiro: o monge frei Agostinho de Jesus (c. 1600/1610-1661). Residindo nesse local por muitos anos, temos a transformação do panorama cultural no Brasil, um significativo momento das artes plásticas nacionais. Em Parnaíba, o mestre encontrou uma sociedade pioneira, miscigenada, criando obras-primas, testemunhos da arte sacra paulista, “gênese” da identidade nacional. A construção do Mosteiro de São Bento em Parnaíba representou um importante marco na história da arte brasileira. Da antiga província espanhola do Guairá, hoje Estado do Paraná, vieram artífices guaranis treinados nas missões e que entalharam os retábulos dessa igreja. A partir de Salvador os padres bentos enviaram importantes terracotas do monge frei Agostinho da Piedade. Frei Agostinho de Jesus reside em Parnaíba por aproximadamente oito anos (1643 a 1650), esculpindo suas principais imagens e elevando a arte colonial a um período áureo. Nesse local peculiar temos uma síntese de todo o cadinho cultural das civilizações americanas⁹.

Nossa Senhora da Purificação, 98 cm de altura, terracota policromada e dourada, 1ª metade do século XVII. Pertenceu à antiga Matriz de Santana de Parnaíba, acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, SP. Obra-prima do primeiro grande escultor brasileiro. A virgem morena representada sob feições de uma adolescente possui três anjos com fisionomias mamelucas, arte que inaugura a escultura sacra nacional. Essa imagem representa a origem da imaginária barroca na América Portuguesa.

9. Rafael Schunk, *Frei Agostinho de Jesus e as Tradições da Imaginária Colonial Brasileira – Séculos XVI-XVII*, p. 20.



O mosteiro parnaibano possuía uma fazenda e olaria chamada Santa Quitéria localizada no antigo distrito de São Roque, SP. Esse local produzia toda sorte de utensílios e testemunhou uma série de imagens modeladas por frei Agostinho de Jesus, integrando umas das primeiras tradições brasileiras de escultura religiosa documentadas na história nacional. A partir desse evento forma-se um conjunto de discípulos que irão perpetuar estilos e técnicas, formando uma escola de imaginária barrista entre o alto e médio Tietê, contendo estéticas predominantemente eruditas. Toda essa agitação social e artística acompanha os bandeirantes no processo de expansão do país rumo a Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

O retorno desses fluxos humanos a Parnaíba culmina na construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna (c. 1680), obra de arte considerada por pesquisadores como Mário de Andrade e o arquiteto Lúcio Costa o primeiro altar nacional, verdadeira “joia de família”, preservada no sertão paulista, relíquia que reuniu influências platerescas do altiplano andino, missioneiras e ornamentos tropicais (talhas de abacaxis e figos atados por tecidos em baixo-relevo simbolizando a fartura). Representou o encontro de distintos povos da América do Sul. Nesse retábulo mestiço existia uma imagem em terracota de *Nossa Senhora da Conceição*, autoria do Mestre de Itu, artista da escola beneditina e discípulo das lições deixadas por frei Agostinho de Jesus na região.

As uniões desses eventos históricos singulares transformaram Santana de Parnaíba em um dos mais significativos “berços da arte colonial na América Portuguesa”. Esse “centro de produção cultural no Brasil antigo” se tornou pioneiro por agregar diferentes fusões de etnias, anunciando a sociedade mestiça, criativa, inventiva, sertaneja e original que os bandeirantes semearam em todo país. O encontro de tradições artísticas indígenas, portuguesas, castelhanas, cristãs, orientais, mouras e judaicas resulta no “nascimento” da cultura brasileira. ●

REFERÊNCIAS

- ACTAS DA CAMARA da Villa de São Paulo. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, 1915.
- AMARAL, Aracy Abreu. *A Hispanidade em São Paulo: Da Casa Rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1981.
- CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. 1: *Mulheres no Caminho da Prata*. Vol. 2: *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo, Mameluco, 2006.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1971.
- SCHUNK, Rafael. *Frei Agostinho de Jesus e as Tradições da Imaginária Colonial Brasileira – Séculos XVI-XVII*. São Paulo, Unesp, 2014.
- _____. *Coleção Museu e Casarão*. Vol. 1: *Arte Colonial e Imperial da Cidade de Santana de Parnaíba, do século 17 ao 19*. Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, Cemic – Centro de

- Memória e Integração Cultural Bertha Morais Nérci, 2015.
- SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. *Os Dois Escultores: Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o Arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971.
- TIRAPELI, Percival. *Igrejas Paulistas: Barroco e Rococó*. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.